

A UNIDADE TEORIA-PRÁTICA EM UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Theory-practice unity in a marxist perspective

SALES, Paula Elizabeth Nogueira¹
OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro²

RESUMO

Este artigo busca estruturar as bases teóricas para a discussão sobre a interação entre teoria e prática na educação profissional, a partir de concepções marxistas. Como procedimento metodológico deste estudo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e virtual, que abrangeu a revisão de livros e artigos científicos sobre a temática em foco. O sentido marxista de teoria e prática pode constituir um fundamento para um pensamento crítico sobre a educação profissional no atual contexto político-econômico neoliberal, que envolve intensa transformação do mundo do trabalho e problemas sociais e econômicos. Nota-se que muitas instituições de ensino profissional vêm dicotomizando a teoria e a prática, ou privilegiando uma perspectiva pragmática, ligada ao mercado. Considera-se essencial que a educação profissional envolva uma formação prática e teórica, que possibilite ao indivíduo não só se relacionar e atuar sobre a realidade, mas também apreender o sentido do mundo que o circunda.

Palavras-Chave: Teorias Marxistas; Relação Teoria-Prática; Educação Profissional.

ABSTRACT

This article seeks to structure the theoretical basis for the discussion about interaction between theory and practice in professional education, from Marxist ideas. As a methodological procedure of this study, we used bibliographic and virtual search that included the review of books and scientific articles about the subject in focus. The Marxist meaning about theory and practice can constitute a foundation for critical thinking about professional education in the current neoliberal political-economic context that involves intense transformation of the labor market and social and economic problems. We note that many professional education institutions have dichotomized the theory and practice, or they have privileged a pragmatic perspective, linked to the market. It is essential that professional education involves a practical and theoretical education that enables the individual does not only relate to and act on reality, but also get a sense of the world that surrounds him.

Keywords: Marxist Theories; Theory-Practice Connection; Professional Education.

¹ Doutoranda do PPGE FaE/UFMG. E-mail: paulaens@yahoo.com.br

² Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-MG. E-mail: dorinhapuc@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se a ocorrência de grandes mudanças societárias, especialmente nos âmbitos social, político e econômico, ancoradas no neoliberalismo, concepção político-ideológica que defende o livre mercado e a minimização da intervenção do Estado sobre a economia. O ideário neoliberal, juntamente com a globalização, apresenta-se como uma tendência internacional, que promove a ampliação da economia e se traduz no mercado global, na privatização, na primazia do âmbito individual sobre o coletivo e no desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, implicando a redução dos direitos sociais, tais como saúde, educação, lazer, etc.

Esse cenário conservador, baseado na racionalidade econômica, vem se constituindo como um obstáculo à efetuação de políticas sociais e de garantia do emprego, que poderiam favorecer uma melhor distribuição de renda. Percebe-se, também, uma intensificação de problemas relativos ao mundo do trabalho, tais como desemprego, precarização, reduções salariais e aumento da jornada de trabalho.

Segundo Sader (2003), devido à minimização dos direitos sociais, dentre eles, o direito à cobertura trabalhista, observa-se um aumento exponencial de trabalhadores na economia informal e uma dissolução da teia de direitos conquistados ao longo de décadas.

Corrói-se assim a base material em que se apoiava o processo de socialização da massa da população através das relações formais de trabalho, fragmentando todo o tecido social e produzindo indivíduos vivendo em condições precárias, inseguras e atomizados como cidadãos – portanto, como não cidadãos (SADER, 2003, p.317).

Draibe (1993) enfatiza que a reestruturação dos programas sociais, preconizada pelo neoliberalismo, é caracterizada pela descentralização, focalização e privatização. A descentralização se volta principalmente para a questão da eficácia do gasto social, ampliando

[...] a utilização de formas alternativas de produção e operação dos serviços, mais facilmente organizadas nas esferas municipais. A focalização, por sua vez, significa o direcionamento do gasto social a programas e a públicos-alvo específicos, seletivamente escolhidos pela sua maior necessidade e urgência (DRAIBE, 1993, p.97).

Decorrente do favorecimento das políticas de focalização, constata-se uma diminuição dos gastos sociais, uma vez que se particularizam os públicos atendidos, através de ações assistencialistas e emergenciais voltadas para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Para a autora em pauta, essa estratégia considera que a falta de acesso de vastas camadas da população a bens e serviços básicos é um entrave à modernização das economias e se constitui como uma forma de aliviar as tensões e evitar convulsões sociais mais sérias.

Cury (2005, p.11) afirma que “[...] a presença do Brasil no cenário internacional associada à histórica desigual distribuição de renda estimulam políticas compensatórias e focalizadas em vez de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades”. Esse autor enfatiza que as políticas compensatórias visam

[...] a corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a

favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade (CURY, 2005, p.24).

A privatização envolve o deslocamento da produção e/ou da distribuição de bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo ou não lucrativo. A gestão de bens públicos sobre a responsabilidade de empresas particulares promove uma contradição entre público e privado. Silva Júnior (2007) considera que a universalização dos direitos faz parte da verdadeira essência do público, enquanto a mercantilização do acesso à educação, saúde, habitação, ao saneamento básico, lazer e à cultura corresponde à essência do mercado ou do privado/mercantil.

No âmbito da educação brasileira, a privatização vem ocorrendo, principalmente, no ensino superior e na educação profissional, o que é um reflexo do cenário de mudanças aqui traçado. Levando-se em conta esse contexto atual e partindo-se de pressupostos marxistas, estabelece-se, a seguir, uma discussão sobre o diálogo entre teoria e prática na educação profissional, objeto de pesquisa da autora.

Este trabalho estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta uma visão geral sobre o pensamento marxista; em seguida, aborda especificamente a teoria e a prática a partir de perspectivas marxistas; por fim, são traçadas algumas considerações, em que se estruturam as bases preliminares para a discussão da teoria e prática na educação profissional.

A CORRENTE FILOSÓFICA MARXISTA

Para Karl Marx, o Estado liberal clássico representava os interesses da classe dos proprietários dos meios de produção. Esse Estado posicionava-se a favor da garantia dos direitos civis, entre os quais o direito de propriedade, não favorecendo os direitos sociais e os direitos políticos. Assim, somente deveria ter direitos políticos, ou seja, direito de voto e de participação na constituição e na ação do Governo, quem fosse proprietário. Essas formas de exclusão marcaram os Estados liberais durante os séculos XVIII e XIX, sendo fortemente criticadas por Marx, assim como o fato das questões econômicas estarem voltadas para os interesses individuais. Marx enfatizava que, para além desses interesses individuais, no âmbito do Estado liberal era preciso denunciar os interesses de classe. Assim, ele considerava que os verdadeiros sujeitos da história não eram os indivíduos, mas as classes, e que eles possuíam interesses comuns, enquanto membros de uma mesma classe (COUTINHO, 1989).

Marx era contrário à exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, ou seja, pelos detentores de propriedade privada dos bens de produção. “Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador [...] tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente” (MARX, 1988, p.181). Esse tempo de trabalho excedente é o que gera lucro para o capitalista e institui a exploração. Marx indaga:

De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende

diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. [...] O trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e [...], por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social [...] pura futilidade! [...] A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho (MARX, 1988, p.202-203).

Nessa citação, percebe-se que o processo produtivo, entendido como realização concreta, experiência ou ação exercida no contexto de trabalho, vem trazendo desde os primórdios do capitalismo desdobramentos na vida do trabalhador. Nesse cenário de opressão do trabalhador produtivo, do qual se extrai a mais-valia, vem se constatando uma privação do tempo para a livre criação, contemplação e reflexão. A esse respeito, Konder explica:

Por que o trabalho, de atividade intrinsecamente criativa que foi em sua origem, possibilitando o tornar-se humano do homem, chegou a se transformar nessa realidade sufocante e opressora que conhecemos hoje? Por que o trabalho se tornou "estranho" ao trabalhador? De onde provém esse "estranhamento", essa "alienação"? A concepção da história elaborada por Marx encaminha a essas perguntas respostas que dão conta da dilaceração trágica das sociedades classistas: a "alienação" derivada da divisão social do trabalho, isto é, da propriedade privada. Quando alguns homens passaram a impor aos outros as condições em que deveriam trabalhar, o trabalho passou a se ressentir de uma inevitável degradação (KONDER, 1992, p.109).

Esse caráter de exploração do trabalho produtivo continua presente, apesar dos direitos trabalhistas que foram conquistados, dentre eles, o da limitação da jornada de trabalho. Na atualidade, por um lado, assiste-se a um processo de desmantelamento da cobertura trabalhista e, por outro, ao acirramento da intensificação do trabalho, que tem levado à síndrome do aceleramento e da falta de tempo, causando, muitas vezes, o adoecimento físico/mental e/ou emocional. Embora o avanço tecnológico tenha inaugurado uma nova era para a civilização, na qual é possível criar cada vez mais bens ou produtos, com menor esforço humano, a minimização do tempo de trabalho não vem ocorrendo.

Na contemporaneidade, depara-se com um movimento contraditório que

[...] mostra, de um lado, a redução dos postos de trabalho com um aumento significativo da produtividade e do faturamento das empresas, e, de outro, o aumento do número de horas trabalhadas, tanto para obter rendimentos maiores, quanto para atender às exigências da empresa (MARTINS, 1997, p.99).

Segundo Freitas (1995), devido ao advento das novas tecnologias e dos novos sistemas de organização da produção, vêm sendo requeridas do trabalhador novas habilidades no âmbito interpessoal, da comunicação, maior flexibilidade e capacidade de abstração e de integração. Além disso, "[...] a economia mundial tende a ser cada vez mais internacionalizada com padrões de competitividade seletivos, pressionando as transformações tecnológicas e a qualidade da força de trabalho" (FREITAS, 1995, p.126).

Nesse contexto, marcado por um maior nível de exigência na capacitação do trabalhador, maior produtividade e racionalidade financeira, a falta de tempo livre e o culto à velocidade, ao pragmatismo e ao utilitarismo dificultam ou

impedem o desenvolvimento de atividades criativas e reflexivas.

O tempo livre é considerado por Marx como próprio do reino da liberdade, que é o reino do futuro, ao passo que o trabalho pertence ao reino da necessidade, já que ele é indispensável para prover as necessidades básicas do homem. Vázquez (1990), fundamentando-se nessa concepção, afirma que a autêntica liberdade do homem, como desenvolvimento ilimitado de suas virtualidades práticas, criadoras, está vinculada à possibilidade de elevar e organizar racionalmente a produção material de tal forma que se reduza cada vez mais o tempo de trabalho imposto pela necessidade. “O tempo livre, e não o tempo de trabalho, será então – como diz Marx – a verdadeira medida da riqueza” (VÁZQUEZ, 1990, p.411).

Nessa linha de pensamento, Kosík (1976) define o trabalho como o agir objetivo do homem, suscitado e determinado constitutivamente por um fim exterior, que se move na esfera da necessidade. O agir humano contempla tanto o trabalho (esfera da necessidade), quanto a arte (esfera da liberdade). Essa diferenciação é decorrente da priorização de uma determinada forma histórica da categoria trabalho, cujo fundamento gerou o estabelecimento da divisão técnica do trabalho, que separou o trabalho físico-material do trabalho espiritual/intelectual. O agir humano não é uma divisão entre dois campos autônomos, um independente do outro, mas se constitui como um processo único, que compõe uma unidade.

A partir do método dialético de Marx, no qual “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1988, p.26), diversos autores (FREITAS, 1995; GRAMSCI, 1978; KONDER, 1992; KOSÍK, 1976; VÁZQUEZ, 1990, entre outros) consideram a realidade como uma unidade dialética e sustentam, portanto, a ideia da importância da unidade entre necessidade e liberdade, sujeito e objeto, pensamento e ação, teoria e prática. Freitas (1995, p.77), ao abordar a dialética como método de pensamento, afirma que:

[...] o movimento dialético tem um objetivo duplo: de um lado, trabalha as determinações abstratas e as relaciona mutuamente entre si, de forma que os “opostos” definem-se mutuamente; de outro, constitui, com eles, uma nova totalidade (com múltiplas determinações) na qual o que antes aparecia como opostos forma, agora, uma unidade que os compreende e explica. Neste sentido, avança do simples (determinações) para o complexo (totalidade), ou ainda, do abstrato ao concreto (pensado).

O estabelecimento dessa relação dialética requer uma consciência crítica. De acordo com Gramsci (1978), quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, os indivíduos pertencem, concomitantemente, a uma diversidade de “homens-massa”; a própria personalidade é composta por elementos estranhos e heterogêneos:

[...] encontram-se nela elementos do homem das cavernas e os princípios da ciência mais moderna e avançada, preconceitos de todas as fases históricas anteriores [...]. Criticar a própria concepção do Mundo significa, pois, torná-la unitária e coerente (GRAMSCI, 1978, p.11).

Segundo esse autor, o “homem-massa” opera praticamente, mas não tem uma consciência teórica clara do seu agir, que é um conhecer do mundo enquanto o transforma. A sua consciência teórica pode, ao contrário, historicamente contrastar com a sua maneira de agir. Quase se pode afirmar

que existem duas consciências teóricas ou uma consciência contraditória: “uma implícita no seu agir e que o une realmente a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade e uma superficialmente explícita ou verbal, que herdou do passado e aceitou sem nenhuma crítica” (GRAMSCI, 1978, p.22).

Kosík (1976, p.25) contempla, também, duas formas de consciência humana, que deve ser “considerada tanto no seu aspecto teórico-predicativo, na forma do conhecimento explícito, justificado, racional e teórico, como também no seu aspecto antepredicativo, totalmente intuitivo.” A consciência é composta da unidade de dois tipos que se interpenetram e influenciam mutuamente, “porque, na sua unidade, elas se baseiam na *práxis* objetiva e na apropriação prático-espiritual do mundo” (KOSÍK, 1976, p.25-26).

Conforme Kosík (1976), a *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade humano-social e que, portanto, compreende a realidade humana e não humana, a realidade na sua totalidade. A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade.

De acordo com Cunha (2009, p.56), a *práxis* “[...] nasce da atividade transformadora que se encontra na relação homem/natureza, sujeito/objeto”. Essa concepção da *práxis* enquanto unidade teoria-prática também é discutida por Ramos:

A *práxis* [...] inclui o trabalho como base para a produção da existência material e espiritual do homem e este, situado no reino da necessidade, não se limita ao trabalho alienado, mas contém em si os germens da transcendência desta condição em direção ao reino da liberdade (RAMOS, 2011, p.92).

A *práxis* é uma das temáticas centrais do ideário marxista, na qualidade de uma filosofia que objetiva a interpretação e a transformação da realidade, unindo a compreensão teórica e a ação efetiva. Assim, a filosofia da *práxis* busca a unificação entre teoria e prática.

A RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA A PARTIR DE CONCEPÇÕES MARXISTAS

O plano teórico é constituído de duas formas: uma delas compõe um saber racional, objetivo e sistemático; a outra, um saber intuitivo, subjetivo e não sistematizado. Ambos não devem ser apartados, mas formar uma unidade, uma totalidade.

Para Kosík (1976), totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer, classes de fatos, conjuntos de fatos, pode vir a ser racionalmente compreendido. A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.

A prática também se relaciona a dois campos, o da necessidade e o da liberdade, que se integram formando um todo. E para promover essa totalidade, ou a união dialética entre teoria e prática, torna-se necessário deflagrar um pensamento crítico. Caso contrário, recai-se na *práxis* utilitária

imediate e no senso comum a ela correspondente, que “colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade” (KOSÍK, 1976, p.10). Esse autor complementa:

O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consistência” e “validez” do mundo real: é “o mundo da aparência” (Marx). A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas* (KOSÍK, 1976, p.15).

No ponto de vista do senso comum, o prático é um ato ou objeto que produz utilidade material, vantagem, ou benefício; “imprático é aquilo que carece dessa utilidade direta e imediata. [...] Para a consciência comum, o prático é o produtivo, e produtivo, por sua vez, do prisma dessa produção [capitalista], é o que produz um novo valor ou mais-valia” (VÁZQUEZ, 1990, p.12).

Nessa perspectiva, reduz-se a prática à dimensão utilitária e colocam-se de lado outros tipos de atividades humanas, valorizando somente as atividades que envolvem ganho material:

Num mundo regido pelas necessidades práticas imediatas – num sentido estritamente utilitário – as atividades artísticas e a política, particularmente a revolucionária, são improdutivas ou impráticas por excelência, de vez que postas em relação com os interesses imediatos, pessoais, carecem de utilidade, pois seus atos só produzem, num caso, prazer estético, e, no outro, fome, miséria e perseguições. Também a atividade teórica – e em tanto maior medida quanto mais afastada das necessidades práticas imediatas – apresenta-se à consciência comum como uma atividade parasitária; por isso, o homem comum e corrente menospreza os teóricos, principalmente os filósofos, que especulam ou teorizam sem oferecer nada de prático, isto é, nada de utilitário (VÁZQUEZ, 1990, p.13).

Ao contrário da consciência corrente, que separa teoria e prática, a perspectiva marxista reúne-as no que Marx designa de *práxis*. Konder (1992, p.115-116) define:

Práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poder alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. Os problemas cruciais da teoria se complicam interminável e insuportavelmente quando a teoria se autonomiza demais e se distancia excessivamente da ação.

A história do distanciamento entre teoria e prática é exposta por Vázquez (1990), que mostra que desde a Grécia clássica existe tal separação. A atividade prática era considerada na sociedade grega como indigna dos homens livres e própria dos escravos. Ao mesmo tempo em que se desvalorizava a atividade material, manual, elevava-se a atividade contemplativa, intelectual e política. A prática material produtiva, o trabalho, tornava o homem escravo da matéria, das coisas, daí a razão de ser considerada indigna dos homens livres. Esses sujeitos podiam viver como filósofos ou políticos, no ócio,

[...] entregues à contemplação ou à ação política, isto é, em contato com as ideias ou regulando conscientemente os atos dos homens como cidadãos da *polis*, e deixando o trabalho físico – exatamente por seu caráter servil, humilhante – a cargo dos escravos (VÁZQUEZ, 1990, p.18-19).

Segundo Vázquez (1990, p.22), as relações entre trabalho intelectual (classe

dos homens livres) e trabalho físico (escravos) – “ou entre a atividade teórica e a prática produtiva – revestem-se de um caráter antagônico e assumem a forma de um isolamento, com superioridade do espiritual sobre o material e com a primazia da vida teórica sobre a prática”. A divisão social do trabalho implica, desse modo, a divisão entre contemplação e ação, e induz ao engrandecimento do homem como ser teórico.

Essa visão dicotômica do homem sofreu uma mudança no Renascimento, período no qual o homem passa a ser visto não só como um ser teórico, mas também como um sujeito ativo, que constrói e cria o mundo. Assim, o homem começa a ser compreendido como um ente de razão e um ente de vontade:

A razão permite-lhe compreender a natureza; sua vontade – iluminada pela razão – permite dominar e modificar a natureza. Principia-se a avaliar o conhecimento e a transformação da natureza de acordo com os interesses econômicos da burguesia e do incipiente modo capitalista de produção. O poder e o futuro dessa classe social estão ligados à transformação prático-material do mundo e ao progresso da ciência e da técnica. [...] O conhecimento científico deixa de ser uma atividade válida por si mesma [...] para colocar-se a serviço da produção capitalista e, por sua vez, ser impulsionada por esta (VÁZQUEZ, 1990, p.25).

Desde então, o conhecimento científico vem avançando continuamente, vinculando-se à prática produtiva, de modo a ser apropriado pelo capitalismo. Logo, a atividade teórica passa a construir conhecimentos que se tornam imprescindíveis para o processo produtivo, que vêm propiciando uma intensa modificação da realidade objetiva. Vázquez (1990, p.202-203) esclarece como se processa a relação entre a atividade teórica e a realidade:

A atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação, mas num e noutro caso fica intacta a realidade efetiva. As transformações levadas a cabo pela atividade teórica com relação a esta [...] são transformações ideais: das ideias sobre o mundo, mas não do mundo mesmo. E as operações que o homem leva a cabo para produzir finalidades ou conhecimentos são operações mentais: abstrair, generalizar, deduzir, sintetizar, prever, etc., que, se bem que exijam um substrato corpóreo e o funcionamento do sistema nervoso superior, não deixam de ser operações subjetivas, psíquicas, mesmo que possam ter manifestações objetivas.

Dessa forma, a atividade prática presume uma ação real sobre o mundo, resultando na sua transformação. A atividade teórica transforma unicamente a consciência ou o pensamento sobre a realidade, mas não a própria realidade. Vázquez (1990, p.242) elucida o processo que se estabelece entre pensamento e ação, e que leva à contínua modificação da consciência:

O objetivo (o produto) é o resultado real de um processo que tem seu ponto de partida no resultado ideal (finalidade). E ainda que este último presida o próprio processo e governe seus diferentes momentos, produz-se sempre certa inadequação entre o modelo ideal e sua realização, inadequação tanto mais profunda quanto maior resistência oponha a matéria à forma exigida pela finalidade que se pretenda atingir. [...] Mas a finalidade não pode deixar de dominar – ou seja, a consciência não pode bater em retirada no processo prático –, e por isso tem que estar alerta às exigências imprevistas do processo objetivo de realização. O que significa que a consciência não pode limitar-se a traçar um objetivo ou modelo ideal imutável. O dinamismo e a imprevisibilidade do processo exigem também um dinamismo da consciência (VÁZQUEZ, 1990, p.242).

Vázquez (1990, p.232) afirma que a atividade teórica “só pode ser fecunda se não perder seus laços com a realidade que deve ser objeto de interpretação e transformação, e com a atividade prática que é sua fonte inesgotável”.

Em síntese, a concepção de cunho marxista, privilegiada nesta exposição, considera como necessária a aproximação entre a compreensão teórica e a ação real, tendo em vista as transformações do homem e da sociedade. Partindo-se dessa propositura, entende-se que é fundamental estabelecer uma interlocução entre teoria e prática educacional, sobretudo a relativa à educação profissional, a fim de construir a formação omnilateral do homem e o desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os pressupostos do pensamento de Marx, destaca-se a visão dialética da realidade, na qual teoria e prática devem constituir um todo coeso e indivisível. Essa visão pode contribuir para se pensar a educação profissional na dimensão dialética, através do diálogo entre os elementos teóricos e práticos da capacitação para o trabalho, visando a uma formação humana integral, e não uma mera capacitação prática para servir, apenas, ao mundo produtivo.

A análise de aspectos do pensamento marxista apresenta uma profundidade ou complexidade que necessitam ser estudados de maneira sistemática, a fim de ampliar as percepções e as interpretações sobre a relação teoria/prática. Essa análise inicial sugere que o sentido marxista de teoria e prática pode constituir um fundamento para um pensamento crítico sobre a educação profissional na atualidade, em contexto de neoliberalismo, que envolve intensa transformação do mundo do trabalho e problemas sociais e econômicos, como sobrecarga de trabalho, por um lado, e desemprego, por outro, além de exclusão social. Nota-se que muitas instituições que oferecem ensino profissional vêm dicotomizando a teoria da prática, ou privilegiando uma perspectiva pragmática, ligada ao mercado.

Diante dessa realidade, é um desafio conceber e realizar uma formação profissional, que possibilite integrar teoria e prática e promover uma formação abrangente para o mundo laboral. Essa formação se torna necessária, tendo em vista a tendência de que o trabalhador, ao longo de sua vida profissional, passe por diferentes atividades profissionais, sendo importante que desenvolva uma capacidade de adaptação, mas ao mesmo tempo tenha uma consciência crítica, a fim de que não se submeta à alienação de uma vida entregue à lógica mercantil. Sabe-se que essa proposição é um desafio, que se traduz numa educação integral, que leve em conta o homem como um ser teórico-prático, inteiro, sem dissociação entre o plano teórico, racional, reflexivo e o caráter ativo do sujeito. Essa unificação se constitui como uma verdadeira práxis, fundamental para a compreensão e a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.). **Reforma sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez, 1989. p.47-60.

CUNHA, Daisy Moreira. Trabalho, práxis e formação humana em Gramsci: elementos para debate. In: MENEZES NETO, Antônio J. *et al.* (Org.). **Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2009. p.51-70.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.124, p.11-32, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>> Acesso em: 10 set. 2011.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n.17, p.86-101, mar./maio 1993. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/17/07-sonia.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Introdução à filosofia da praxis**. Lisboa: Antídoto, 1978.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5, p.96-109, maio/ago. 1997. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_10_HELOISA_HELENA_TEIXEIRA_DE_SOUZA_MARTINS.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educação e Sociedade**, Campinas, n.70, p.40-62, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a04v2170.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- RAMOS, Marise. Trabalho, práxis e formação integrada: categorias de análise de projetos educacionais em disputa no Brasil. In: SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de; LAUDARES, João Bosco (Org.). **Diálogos conceituais sobre trabalho e educação**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. p.81-103.
- SADER, Emir. A refundação do Estado e da política. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.307-321.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. República, democracia e estado ultraliberal: novas facetas do controle e regulação sociais. In: CÊA, Georgia Sobreira dos Santos (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007. p.2-8.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Data da submissão: 13/09/11

Data da aprovação: 04/11/11